Desmatamento cai na Amazônia

A redução no corte da mata é tendência desde 2005, e o resultado de 2011 é o menor em 23 anos

PAULO WHITAKER/REUTERS

SOB AMEAÇA
Plantação no norte de Mato Grosso, às margens da floresta Amazônica: a expansão da lavoura pode levar ao desmatamento

O desmatamento da floresta Amazônica voltou a cair em 2011, e foi o menor desde o início do monitoramento por satélite, em 1988, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A área desmatada está em queda quase ininterrupta desde 2005 – e foi de 6.238 quilômetros quadrados. Em seu auge, o desmatamento na Amazônia chegou a quase 30 mil quilômetros quadrados em 12 meses, em 1995.

Anunciado em dezembro, esse recorde, uma boa notícia para o país, acabou sendo eclipsado no dia seguinte pela aprovação, no Senado Federal, da primeira versão do novo e polêmico Código Florestal. O texto regulamenta condições para novos desmatamentos e anistia quem já desmatou ilegalmente, inclusive na Amazônia, o que dificulta a recuperação das paisagens naturais degradadas no território brasileiro (*veja na pág. 140*).

Ocupar o território, explorar seus recursos e desenvolver a economia é um direito inalienável de qualquer povo. No caso da Amazônia brasileira, isso é inevitável, já que a região possui a maior área e a menor densidade demográfica do país. Porém, a ocupação da região, a melhoria de vida da população e a preservação do meio ambiente são um quebra-cabeça complexo, que envolve inúmeros fatos, como a proteção da floresta, os direitos dos índios a suas terras, as comunidades ribeirinhas e de seringueiros e também a exploração de pescados, de frutas, de madeira, do manancial hídrico da região e de seus minérios, incluindo ouro e metais raros, petróleo e gás, além dos direitos sobre a exploração da biodiversidade. Essas questões não são um desafio somente para o Brasil, mas também para os sete países próximos e a Guiana Francesa (território da França), que abrigam ainda parte da floresta Amazônica em seu território e a exploram.

O choque entre as propostas e leis para explorar ou preservar a floresta frequentemente vira debate polêmico e batalha política. Isso se explica pelos diferentes interesses em jogo e pelas diversas formas de se relacionar com o meio ambiente.

Desmatamento menor

A Amazônia é a maior floresta tropical do planeta e, desde os anos 1980, sua proteção se tornou prioritária por organizações preservacionistas, com o crescimento dos partidos verdes na Europa. Nessa década, ganha relevância a atuação de Chico Mendes, líder dos seringueiros no Acre, membro do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e defensor da preservação das florestas. Seu assassinato por fazendeiros locais, em 1988, teve repercussão mundial e o transformou em referência global.

A Amazônia ganha importância internacional crescente com a Convenção sobre a Mudança do Clima, criada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, a Eco-92, que discute ações para tentar minimizar o problema do aquecimento global.

Desde 1988, o Brasil monitora o desmatamento na Amazônia Legal (*veja o gráfico abaixo*), em sete estados da Região Norte. Isso é realizado por satélites próprios do Inpe, que enviam imagens de toda a superfície. Além de servir para fazer levantamentos contínuos, o sistema deflagra alertas sobre áreas alteradas. Atualmente, o Brasil adotou a Política Nacional sobre Mudança do Clima, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência. Ela corresponde ao compromisso de reduzir o desmatamento em 80% até 2020, que o país assumiu durante a reunião das partes da Conferência sobre a Mudança do Clima, em Copenhague, em 2009.

Segundo o governo federal, a fiscalização tem aumentado nas áreas em que há indício de derrubada de árvores, e essa seria a principal causa de redução do desmatamento. Entre 2010 e 2011, o desflorestamento foi 11,7% menor que o do intervalo anterior, conforme estimativa inicial. O dado final deve ser divulgado em abril de 2012.

Também pode ter ajudado na redução do desmatamento a crise econômica global, que diminuiu a demanda por produtos agrícolas brasileiros, o que reduz a pressão sobre a floresta. Estima-se que cerca de 17% da cobertura vegetal nativa da Amazônia brasileira já tenha sido destruída. O estado que mais desmatou em 2011 foi o Pará, seguido de Mato Grosso.

Desenvolvimento recente

Após o ciclo da borracha (fim do século XIX e início do XX), o norte do Brasil permaneceu em ritmo lento de povoamento e com economia praticamente de subsistência. Até a inauguração de Brasília, por exemplo, a capital do Pará, Belém, não possuía estrada de ligação com o resto do país. O Amapá não conta com acesso por terra até hoje.

A partir dos anos 1960, os governos da ditadura militar (1964-1985) estendem sua política desenvolvimentista para a região. É criada a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (Sudam, em 1966), cujos principais resultados são a constituição da Zona Franca de Manaus, a rodovia Transamazônica e a distribuição gratuita de terras a colonos.

Nos anos 1980, o país passa a explorar minérios na Amazônia, principalmente no Pará: ferro em Carajás, bauxita em Trombetas e ouro em Serra Pelada. Também começa a expansão do sistema elétrico para a Região Norte, com a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, a segunda maior do país, no Pará.

A partir da década de 1990, a criação de gado e as plantações de soja crescem partindo do cerrado, no Centro-Oeste, em direção à floresta Amazônica. Em busca de terras para as lavouras, o desmatamento avança sobre o cerrado, a mata de transição e a floresta. Atualmente, o país constrói novas hidrelétricas para aproveitar o potencial hídrico da região para a geração de energia.

Hidrelétricas

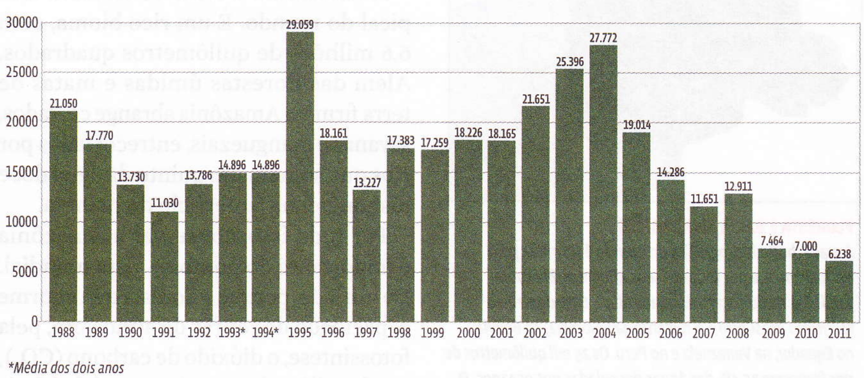
A principal obra de produção de energia do governo em andamento, e a mais controversa, é a usina de Belo Monte, cuja construção foi iniciada em 2011, na região de Volta Grande do rio Xingu, no Pará. Ela será a segunda maior do país em capacidade instalada de geração, com 11.233 megawatts (MW). Para diminuir o impacto ambiental, o governo não criará uma grande represa, como as do Sudeste (Itaipu, Furnas), ou mesmo a de Tucuruí, também no Pará. Em vez disso, a usina será "a fio de água", que explora a vazão natural do rio e necessita apenas de uma barragem que contenha água suficente para garantir o volume e a pressão para girar as turbinas.

A usina de Belo Monte será erguida fora de reservas indígenas, e o governo afirma que os danos aos índios, às populações ribeirinhas e ao ambiente não serão grandes e poderão ser minimizados. Mas as entidades de defesa do meio ambiente e dos indígenas contestam, dizendo que a construção de uma barragem principal e de canais que formarão o reservatório de 516 quilômetros quadrados, localizado a 50 quilômetros de Altamira, vai retirar muita água de dez terras indígenas, onde vivem cerca de 2,2 mil índios, de oito etnias. Esse conflito de interesses está sendo acompanhado inclusive pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A Amazônia concentra 70% dos recursos hídricos com potencial energético

O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

Área desmatada a cada ano (de agosto a julho), em km²



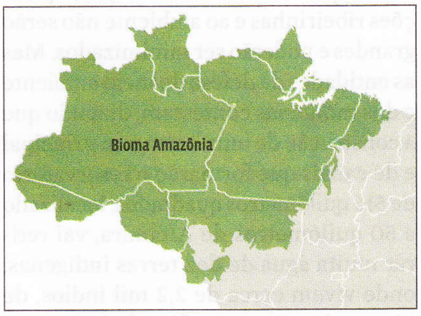
*Média dos dois anos

DESMATAMENTO EM QUEDA *Observe que há tendência de queda quase ininterrupta do total desmatado apurado desde 2005. Em 2011, esse total foi o menor desde 1988. Segundo o governo, a queda resulta de repressão e punições fiscais aos madeireiros e pecuaristas, mas também colabora a crise econômica global, com a diminuição na demanda por produtos agrícolas.*

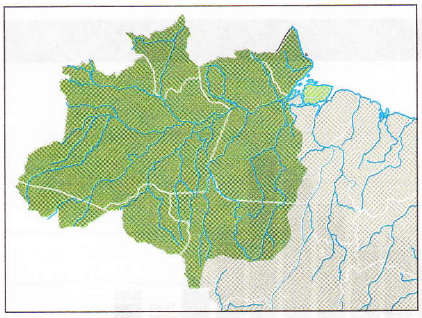
Fontes: *Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Ministério do Meio Ambiente*

AS DIVERSAS AMAZÔNIAS

AMAZÔNIA LEGAL
Delimitada pelo governo em 1966 como região política para a execução de planos de desenvolvimento e ações de assistência e fiscalização, a região da Amazônia Legal abrange os sete estados da Região Norte, além de Mato Grosso, no Centro-Oeste, e parte significativa do território do Maranhão, no Nordeste. Soma 4,1 milhões de quilômetros quadrados (59% do território do país) e abriga cerca de 25 milhões de habitantes.



BIOMA AMAZÔNIA NO BRASIL
É uma interpretação ecológica que considera apenas as áreas de formação florestal e seus diferentes ecossistemas em relevo, clima, vegetação e fauna. O bioma Amazônia é o maior ecossistema do Brasil e ocupa 49,3% do país. A região abrange outras áreas e, fora do Brasil, se estende por sete países e o território da Guiana Francesa.



FLORESTA E BACIA AMAZÔNICAS
A maior bacia hidrográfica do mundo é formada pelo rio Amazonas e por todos os seus afluentes. Ela cobre 7 milhões de quilômetros quadrados – 65% dentro do território brasileiro e o restante na Colômbia, na Bolívia, no Equador, na Venezuela e no Peru. Os 25 mil quilômetros de rios fornecem 15,4% das águas despejadas nos oceanos. O IBGE considera a área da floresta igual à da bacia hidrográfica amazônica. Segundo dados da ONG Imazon, a mata cobre 64% da Amazônia Legal.

Zona Franca: faturamento crescente

O principal centro industrial da Amazônia, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), nasceu em 1967, para ancorar o desenvolvimento econômico e a ocupação humana no coração da Amazônia. O governo incentiva as indústrias a se instalar na Zona Franca, isentando-as do pagamento de determinados impostos para importar componentes de produtos. As indústrias importam componentes e montam em Manaus motocicletas, televisores, computadores, eletrodomésticos e telefones celulares, entre outros itens. Sua instituição foi uma das formas de facilitar a entrada de tecnologia e expandir rapidamente a produção e a oferta de bens no país. O modelo também funciona como proteção ambiental, pois os empregos que cria diminuem a pressão econômica sobre a floresta. Em 2011, até novembro, o Polo Industrial de Manaus mantinha 109 mil trabalhadores e já totalizava um recorde de 38,2 bilhões de dólares de faturamento, crescimento anual de 17,9%. Nesse ano, em março, a presidente Dilma Rousseff anunciou a prorrogação de funcionamento da Zona Franca de Manaus até 2063.

A biodiversidade da Amazônia poderá gerar importante renda para a região no futuro

do país, e o governo começou a planejar a construção de hidrelétricas na região desde os anos 1970, quando criou a primeira megarrepresa, Itaipu, no Paraná. A primeira grande represa hidrelétrica na Amazônia foi de Tucuruí, e já existem hidrelétricas no Amapá e em Rondônia. Também estão sendo erguidas as usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, nas quais ocorreram violentos conflitos trabalhistas em 2011.

Biodiversidade

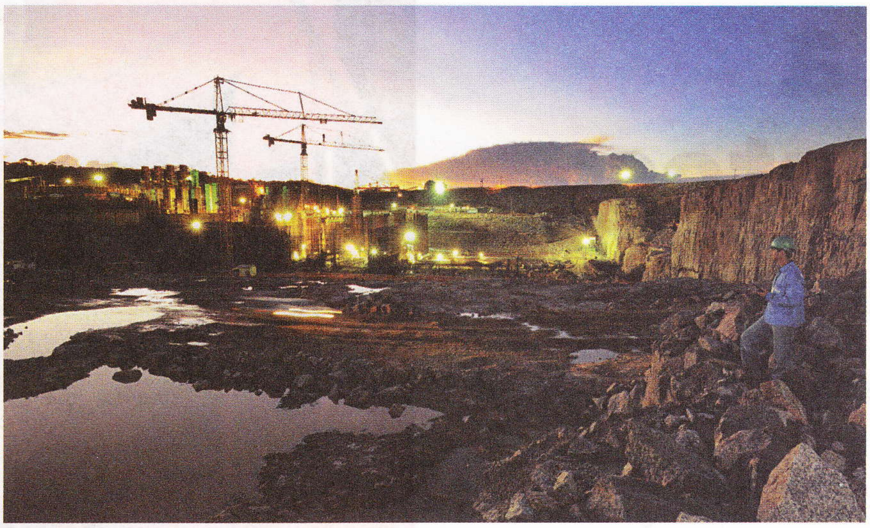
A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo. É um rico bioma, com 6,6 milhões de quilômetros quadrados. Além das florestas úmidas e matas de terra firme, a Amazônia abrange cerrados, savanas e manguezais, entrecortados por rios que somam um quinto da água doce disponível na superfície do planeta.

Por tudo isso, conservar a Amazônia é importante do ponto de vista mundial. De um lado, porque a floresta tem enorme capacidade de retirar da atmosfera, pela fotossíntese, o dióxido de carbono (CO_2), um dos vilões do aquecimento global (*veja na pág. 138*), e estocá-lo na forma de biomassa (raízes, lenha e folhas). Assim, o desmatamento da Amazônia representa sozinho mais de 55% do total das emissões do Brasil, segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Além disso, a Amazônia abriga a maior biodiversidade tropical, ou seja, uma variedade enorme de espécies de plantas, animais, fungos e bactérias, ainda não catalogada totalmente. Os cientistas estimam que só 10% das espécies existentes na Amazônia sejam conhecidas. Eles também afirmam que a floresta guarda os princípios ativos de boa parte dos remédios do futuro, mas cerca de 70% do conhecimento científico sobre as espécies nativas é produzido por nações de outras partes do mundo.

O direito ao uso desse potencial é parte de uma tensa discussão internacional na Convenção sobre Diversidade Biológica da Organização das Nações Unidas. Ele envolve o conceito de patentes, que foi criado para proteger a propriedade intelectual ligada ao desenvolvimento dos produtos industriais. Mas, quando se trata de um produto baseado no princípio ativo de um organismo vivo, o velho entendimento sobre patentes não parece suficiente e consensual.

Desde a Eco-92 há o entendimento de que a riqueza produzida com a diversidade biológica deve ser repartida com o país de origem da planta ou animal e também com as populações nativas, que conheciam aquele princípio ativo. A resposta a essa questão pode ser decisiva para traçar o futuro do desenvolvimento da Amazônia.



GERMANO LUDERS

MÁQUINAS NA FLORESTA Obras da usina Santo Antônio, no rio Madeira: a geração de energia é prioridade

Direitos indígenas

A Constituição de 1988 garante às populações indígenas direitos que incluem a posse e o uso de suas terras históricas. Segundo o Censo de 2010, vivem no país 817 mil índios. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), eles estão distribuídos em 688 terras indígenas. Moram na Amazônia Legal 395 mil índios, de 207 etnias. Há referências a 82 grupos indígenas não contatados. As terras indígenas ocupam cerca de 12% da área do país, mas algumas são grandes lotes, como é o caso da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu que as terras da Raposa Serra do Sol deveriam ser contínuas, o que levou à retirada dos fazendeiros que haviam se instalado na área. Um dos aspectos relevantes envolvendo a demarcação legal das terras dos índios é que há nações indígenas cujas terras se estendem para além da fronteira nacional, para o território de um país vizinho, e isso envolve questões de soberania e de segurança nacional. Segundo a Funai, 17 terras indígenas, de 16 etnias, estão na fronteira de seis países e da Guiana Francesa. ☒

Saiu na imprensa

GREENPEACE CRITICA CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE

Da Agência Brasil

Porto Alegre – O coordenador da Campanha de Clima e Energia do Greenpeace, Pedro Torres, defendeu na última quinta-feira (26) a busca por alternativas à chamada economia verde e condenou obras como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), durante o Fórum Social Temático 2012.

"O capitalismo está em crise e isso é um consenso que nos une a Davos [onde ocorre o Fórum Econômico Mundial], mas a economia verde não é a solução para essa crise", disse. "Devemos pensar quais são as alternativas, para quem e como", completou Torres durante o segundo dia de debates.

Torres explicou que a Usina de Belo Monte deverá gerar mais energia para empresas amazônicas do que para a própria população da região afetada pelas obras. (...) Investimentos em energia nuclear, segundo ele, também não são uma alternativa à crise. Durante o debate, o ativista lembrou os riscos evidenciados no acidente da Usina Nuclear de Fukushima, no Japão, que em março completa um ano. "O Brasil continua insistindo nessa energia que é suja, cara e perigosa", disse.

Revista *Exame Info* on-line, 30/1/2012

Resumo

Amazônia

IMPORTÂNCIA A floresta Amazônica é a maior do mundo e possui imensa riqueza em diversidade biológica. Ela é considerada importante para manter o clima do planeta, por absorver o dióxido de carbono (Co_2), um dos vilões do aquecimento global, e estocar o carbono por meio de fotossíntese.

ECONOMIA A partir da década de 1960, o governo estimula a ocupação da Amazônia, com a criação da Zona Franca de Manaus, a doação de terras a colonos e a rodovia Transamazônica. Nas décadas seguintes, cresce a exploração dos recursos, principalmente a mineração. Atualmente, o agronegócio se expande do Centro-Oeste para o Norte, invadindo a floresta.

DESMATAMENTO Estima-se que em torno de 17% da cobertura vegetal nativa da Amazônia brasileira já tenha sido destruída. O governo federal firmou compromisso internacional de reduzir a derrubada da mata e aumentou a fiscalização. Nos anos recentes, o desmatamento diminui, e a taxa de 2011 é a menor desde 1988.

NOVAS HIDRELÉTRICAS O governo está expandindo o sistema de geração de energia elétrica na Região Norte, para explorar seu potencial hídrico, que é o maior do país. Estão sendo construídas as usinas de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, e as de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia. Belo Monte será a segunda maior usina do país em capacidade instalada, e seu projeto é criticado por ambientalistas e grupos indígenas.

AMAZÔNIAS Existem diferentes conceitos para abordar a região. Há o bioma Amazônia, que inclui a floresta tropical que se estende pelo Brasil e por territórios de mais sete países e a Guiana Francesa, e envolve outros ecossistemas, como cerrados. Há a bacia amazônica, que se estende por cinco países. Há ainda a Amazônia Legal, entidade criada com fins políticos, jurídicos e administrativos, incluindo a Região Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão.